



CÂMARA MUNICIPAL DE MARINGÁ
Avenida Papa João XXIII, 239 - CEP 87010-260 - Maringá - PR - <http://www.cmm.pr.gov.br>

ATA

Aos doze dias de abril de 2023, às 9 horas, a **COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DE SEGURANÇA PÚBLICA**, designada pela PORTARIA Nº 59/2023, reuniu-se no Plenário Dr. Horácio Raccanello Filho, com a presença dos vereadores **DELEGADO LUIZ ALVES** - Presidente, **CRISTIAN MARCOS MAIA DA SILVA** - Vice-Presidente e **BELINO BRAVIN FILHO** - Membro, além do Presidente desta Casa de Leis, Mário Hossokawa; e dos vereadores Alex Chaves, Sidnei Telles, Cris Lauer, Adriano Bacurau, Manoel Álvares Sobrinho, Paulo Biazon, Ana Lúcia Rodrigues, Altamir Antônio dos Santos e Mário Verri. Participaram, ainda, os senhores Edson Scabora, Prefeito em Exercício; Paulo Rogério Do Carmo, Deputado Estadual; Ivan Quartaroli, Secretário Municipal de Segurança Pública; Nayara Caruzzo, Secretária Municipal de Educação; e Luciana Satiko Nó Mendes, Advogada do Sindicato dos Estabelecimentos Particulares de Ensino do Noroeste do Estado do Paraná - Sinepe/NOPR. Os demais participantes não citados nesta ata tiveram seus nomes registrados em lista de presença (documento nº 0292700) anexa a este processo (nº SEI 23.0.000002351-5). Destaca-se que, originalmente agendada para o Gabinete do Prefeito em exercício Edson Scabora, no Paço Municipal, a reunião foi transferida para o Plenário Dr. Horácio Raccanello Filho. Dando início aos trabalhos, o vereador Delegado Luiz Alves concedeu a palavra ao Prefeito em Exercício, Edson Scabora, o qual informou os presentes acerca das medidas que vêm sendo discutidas no âmbito da Prefeitura Municipal, com o senhor Prefeito Ulisses Maia e demais gestores acerca do tema "segurança nas escolas". O Presidente da Comissão Extraordinária de Segurança Pública, por sua vez, comentou que era essencial reunir todas as ideias dos profissionais presentes na ocasião a fim de beneficiar a todos, frisando que o tema segurança pública não poderia ser debatido por meio de ideologias. Lembrou que, para haver planejamento, é necessário que se realize análise dos riscos, identificando-os e impondo dificuldades para que eles se concretizem. Exemplos disso podem ser o aumento da proteção dos muros das escolas, a implantação de segurança armada nestas e outras medidas em conjunto. Para isso, o vereador destacou que se deve agir conforme a realidade, avaliar se as ações serão efetivas a longo ou curto prazo, se há necessidade de licitação etc. Deve ser analisado, ainda, o tempo que o Município levará para implementar tais mudanças. O vereador Luiz Alves citou alguns protocolos que poderiam ser adotados nas escolas, como interfones com identificação adequada do visitante, portaria eletrônica, câmeras de vigilância no entorno das escolas, detector de metais, circulação de viaturas de forma permanente em quadrantes pré determinados nas proximidades etc. Ele explicou, assim, que as medidas devem ser conjuntas, visto que nada funciona de forma isolada, segundo o vereador. Sobre o botão de pânico, ele explicou que este possibilita que as forças de segurança se desloquem para o local em que foi acionado de forma rápida, dado que ele é um gerenciador de crise. O Presidente da Comissão alertou também acerca da necessidade de se criar um comitê para a discussão e elaboração de protocolos de segurança e, por consequência, do recebimento de verbas estaduais e federais para a consecução de seus objetivos. Com a palavra, o Presidente desta Casa de Leis, Mário Hossokawa, cumprimentou a Comissão por não medir esforços na análise dos acontecimentos pertinentes a esta. O vereador informou que, em breve, ele, juntamente com os senhores Delegado Luiz Alves e Cristian Maia Maninho iriam à Curitiba com o fito de se reunirem com três deputados estaduais da região, ligados à área de segurança pública, os senhores Delegado Jacovós, Soldado Adriano José e Paulo Rogério do Carmo. Ele comentou acerca da importância da colaboração do Legislativo Estadual na resolução desta demanda. Ainda, lembrou da existência da ESFAEP - Escola de Formação, Aperfeiçoamento e Especialização de Praças em Maringá, da qual egressam policiais militares que podem proteger a comunidade maringaense. Sobre a concordância do senhor Vice-Prefeito com as soluções apresentadas pelos vereadores, Mário Hossokawa disse estar satisfeito. O Presidente destacou que, para que as medidas de segurança elaboradas na corrente reunião sejam eficazes, é necessário haver efetivo policial suficiente para seu atendimento. No entanto, todo o esforço é válido, visto que o maior objetivo desta discussão é garantir a segurança às crianças e tranquilizar seus familiares. Com a palavra, o Deputado Estadual Paulo Rogério Do Carmo

informou aos presentes ser parte da Comissão de Educação da Assembleia Legislativa do Paraná, e que, por isso, tem consciência da seriedade da pauta da corrente reunião. No entanto, na busca por soluções, ele lembrou que é importante que se leve em consideração a realidade financeira e etária de cada instituição de ensino. Portanto, não é possível criar obrigações à Administração sem planejamento adequado. Segundo o Deputado, todas as ações que vêm sendo adotadas pela Câmara Municipal de Maringá relativas ao tema têm sua viabilidade dependente da unidade escolar de aplicação. Ele relatou que, naquela semana, por exemplo, foi feito um levantamento pela Assembleia de todas as leis pertinentes à segurança pública nas escolas, para que estas se façam cumprir de fato. Com a palavra, o Presidente da Comissão Extraordinária de Segurança Pública destacou que o Município não vencerá a problemática sem a colaboração do Estado do Paraná. Ainda, sobre as obrigações a serem impostas às unidades escolares, ele comentou que deve haver coerência, já que há medidas difíceis de se cumprir. Com a palavra, o vereador Alex Chaves frisou que não há a necessidade de elaboração de novas leis acerca do tema, e sim de efetivação de políticas públicas. Para isso, é essencial que se reúnam profissionais com expertise em segurança pública e em educação. Também é necessário garantir que o Estado ampare o Município, e que a Prefeitura Municipal de Maringá cumpra as leis já existentes, segundo ele. Por fim, colocou-se à disposição na condição de Líder do Prefeito na Câmara Municipal. Ao fazer uso da palavra, o vereador Manoel Álvares Sobrinho sugere que se faça um treinamento para as crianças se protegerem em situações de risco. Com a palavra, o vereador Sidnei Telles comentou que várias medidas citadas na presente data cabem no orçamento municipal e podem ser aplicadas. Também lembrou que há muitas leis relativas ao tema de segurança pública que podem ser colocadas em prática, e que seria interessante se a sociedade se engajasse nisso juntamente com as autoridades. Com a palavra, a vereadora Ana Lúcia Rodrigues lembrou que a escola é um espaço de proteção, acolhimento e formação; e que, por isso, além de olhar para a segurança pública, também é preciso se atentar ao âmbito psicológico da questão. Assim, é primordial que haja uma formação de profissionais de Psicologia e Orientadores Educacionais no sentido de capacitá-los a identificar comportamentos de riscos em crianças e jovens. Com a palavra, o vereador Altamir Antônio dos Santos destacou que a parceria do Município com o Estado é fundamental; que 25% do orçamento público deve ser despendido com educação; e que leis já existentes pertinentes ao tema devem ser colocadas em prática. Com a palavra, a vereadora Cris Lauer disse que outros municípios já estão tomando providências para prevenir os ataques nas escolas e que tem informações de que o sistema de rádio e internet dos guardas municipais é precário. Ainda, comentou que a corrente reunião deveria ter a presença do Prefeito Municipal e a definição de datas de implementação de medidas de segurança. Segundo ela, as escolas particulares também devem ser englobadas em um plano de segurança, já que há maringaenses como seus alunos. Também frisou a necessidade da implantação do botão de pânico e do cumprimento das leis pertinentes. Em seguida, na ausência do vereador Rafael Roza, seu assessor indagou ao senhor Edson Scabora quais eram as medidas a serem tomadas de imediato. Com a palavra, o Vice-Presidente da Comissão Extraordinária de Segurança Pública, Cristian Maia Maninho, disse que o papel dos vereadores é de cobrar a atuação do Poder Executivo e lembrou que o botão do pânico deve ser o último artefato a ser utilizado: antes da cerca elétrica, dos seguranças armados e das câmeras. Com a palavra, o vereador Adriano Bacurau relatou estar recebendo muitas ligações de moradores dos bairros, preocupados com o tema. Ele informou que criara o Projeto Família Segura, o qual pode ter um papel importante na prevenção de ações criminosas nas escolas. Com a palavra, Mário Verri informou que, em sua visita à Colômbia, conheceu alguns sistemas de segurança, e que, dentre eles, há uma central onde todas as forças de segurança se unem. Para ele, além de mais policiamento, é preciso que haja a sinergia entre várias Secretarias Municipais. Com a palavra, a senhora Nayara Caruzzo, Secretária Municipal de Educação, explicou que, apenas recentemente, a sociedade está voltada para o tema “segurança nas escolas”, o qual, pelo contrário, tem a atenção dos profissionais de educação, gestores e Prefeito de forma permanente. Ela alertou à reflexão sobre quais medidas sugeridas na corrente reunião são, de fato, adequadas à realidade escolar. Algumas, segundo ela, não são cabíveis, como o detector de metais a ser utilizado no horário da entrada para as aulas, momento no qual entram mais de 400 crianças de forma quase que simultânea. Em sua opinião, a saúde mental também é importante na prevenção de incidentes. Sobre o botão do pânico, ela esclareceu que este está presente em todas as escolas, mas que há um certo sigilo, e que um novo protocolo está sendo passado às diretoras escolares, com atualização dos treinamentos. A Secretária lembrou que é a partir de fatos como os das últimas semanas que se criam novos mecanismos de proteção, ainda que a preocupação com a segurança nas escolas seja permanente para a pasta. Ele destacou que é importante investir em mecanismos de educação social, restaurativos, na identificação de riscos, na melhoria da saúde mental de alunos e de profissionais sobrecarregados. Mais uma vez, destacou que nem

todas as medidas discutidas nesta reunião são funcionais à realidade escolar. Com a palavra, o senhor Ivan Quartaroli, Secretário Municipal de Segurança Pública, destacou a importância de se discutir o tema nesta Casa de Leis e lembrou que nunca houve um evento que colocasse em risco os alunos das escolas maringenses e que, por isso, o Município estava, na verdade, se adiantando aos fatos. Ele dissertou acerca da complexidade da segurança pública, a qual envolve não só um evento, mas uma série de eventos que podem ser alterados a fim de minimizar riscos. Também concordou com a relevância do tema “saúde mental” e com a inaplicabilidade de algumas medidas sugeridas. Ele informou que a Guarda Municipal conta com 125 profissionais, e que uma parcela deles atua no monitoramento, tendo tornado possível, por exemplo, a captura de cinco indivíduos com mandado de prisão em aberto. O Secretário disse aos presentes que as Patrulhas Escolar e da Maria da Penha têm treinamento específico e, além de atuar na segurança pública, desenvolvem atividades educativas. Segundo ele, o Prefeito Municipal solicitou uma linha telefônica direta entre as escolas e a Guarda Municipal, e que, portanto, haverá ramal exclusivo para que as escolas acionem as forças de segurança. Ivan Quartaroli continuou, informando que 7 milhões foram despendidos em um sistema de monitoramento e que o Município vem protegendo a comunidade de todas as formas. Sendo assim, decisões não podem ser tomadas no calor do momento, sendo necessária a análise entre as Secretarias Municipais, concluiu ele. Além disso, informou que está em andamento uma licitação a fim de contratar um sistema que irá integrar as forças de segurança. Sobre o sistema de rádio, a licitação inclui também recursos tecnológicos, segundo o Secretário. Ele comentou que tais processos de contratação de serviços levam meses por conta da necessidade de cumprimento de procedimentos que conferem legalidade e transparência às compras. Por fim, comentou que a Prefeitura Municipal vem estudando os riscos às escolas e a melhor abordagem para sua prevenção, e que a parceria com a Câmara Municipal de Maringá é fundamental. Novamente com a palavra, a Secretária Municipal de Educação pediu ajuda das autoridades presentes na reunião a fim de acalmar a comunidade, visto que a Polícia Civil está investigando todas as notícias e a sua pasta vem tomando as providências necessárias. Ela explicou que a Secretaria não optou por interromper as aulas pois não existia o risco iminente ou qualquer ameaça à segurança dos alunos. Sendo assim, a senhora Nayara Caruzzo afirmou que não há atrasos nas medidas necessárias. Com a palavra, o Prefeito em Exercício afirmou que todas as ações de responsabilidade da Prefeitura Municipal já estavam em andamento, e que a licitação para a contratação de segurança privada já estava em 70% finalizada. Concluiu dizendo esperar que as discussões realizadas na presente reunião trouxessem luz à resolução dos problemas. Com a palavra, o senhor Ivan Quartaroli disse que uma das funções do Secretário Municipal de Segurança Pública é fazer pontes com as demais Secretarias. Esclareceu também que o setor de inteligência faz o monitoramento de diversos fatos e eventos que possam ocorrer. Com a palavra, a senhora Erika Maeda, representante dos pais e alunos no Conselho Municipal de Educação, disse receber inúmeras demandas dos pais, e que entende que a divulgação das ações a serem implantadas pelo Poder Público pode facilitar a ação de criminosos. Terminou externalizando sua preocupação com as crianças. Com a palavra, o Presidente desta Comissão lembrou que não é somente o Poder Público o responsável por este problema, mas também a família. ele concluiu que a reunião fora produtiva, informando a todos que seria elaborado um documento com a assinatura de todos os vereadores, acerca das informações expostas na presente ocasião. Agradeceu a presença de todos, desejando que os apontamentos feitos pelos presentes fossem considerados pela Administração Pública. Com a palavra, o Deputado Estadual Paulo Rogério do Carmo parabenizou a iniciativa dos vereadores e agradeceu pelo convite. Informou que o Governo do Paraná faria uma campanha na mídia sobre as medidas que vêm sendo tomadas e sobre a responsabilidade dos pais na prevenção de incidentes nas escolas. Deu o exemplo dos Estados Unidos, onde houve aumento do investimento em segurança sem a consequente diminuição dos ataques a escolas. No entanto, ao se inserir a figura do psicólogo nas escolas americanas, tais índices baixaram. Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a reunião às 11h20min, lavrando-se a presente Ata que, depois de lida e aprovada, vai assinada pelos presentes.

DELEGADO LUIZ ALVES

Presidente

CRISTIAN MARCOS MAIA DA SILVA

Vice-Presidente

BELINO BRAVIN FILHO



Documento assinado eletronicamente por **Cristian Marcos Maia da Silva, Vereador**, em 26/04/2023, às 13:05, conforme Lei Municipal 9.730/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Claudio da Silva Alves, Vereador**, em 26/04/2023, às 13:14, conforme Lei Municipal 9.730/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Belino Bravin Filho, Vereador**, em 03/05/2023, às 13:39, conforme Lei Municipal 9.730/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.cmm.pr.gov.br/verifica> informando o código verificador **0292697** e o código CRC **4F293CE8**.